



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

LIDO NA SESSÃO DO DIA
Recebido, Autue-se e
Inclua em pauta.
23 FEV 2016
23 FEV 2016
1º Secretário
1º Secretário

Recebido, Autue-se e
Inclua em pauta.
23 FEV 2016
1º Secretário

PROTOCOLO	<div>ESTADO DE RONDÔNIA Assembleia Legislativa 23 FEV 2016 Protocolo: 35116 Processo: 35116</div>	PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº 31516

AUTOR: DEPUTADO ESTADUAL EZEQUIEL JUNIOR

“Define, como bem essencial, o aparelho celular, utilizado pelo consumidor no serviço telefônico móvel e dá outras providências.”

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

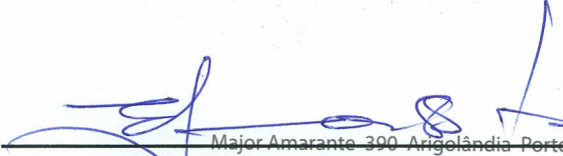
Art. 1º. Esta lei define, como bem essencial, o aparelho celular utilizado pelo consumidor no serviço telefônico móvel e estende a aplicação de normas para sua substituição, reposição ou abatimento proporcional no preço, em caso de vício ou defeito do produto, na forma que especifica.

Art. 2º. Fica classificado como bem essencial o aparelho celular, utilizado pelo consumidor para acessar o serviço telefônico móvel.

Parágrafo único. Em decorrência do estabelecido no *caput*, aplicam-se ao produto em referência as disposições dos §§ 3º e 4º do art. 18 da lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 17 de fevereiro de 2016.


Major Amarante 390 Arigolândia, Porto Velho/RO.
Cep: 76.801-911. 69.3216-2816. www.ale.ro.gov.br
Deputado EZEQUIEL JUNIOR-PSDC


**DEPUTADOS
ESTADUAIS**
Unidos com o Povo
Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
AUTOR: DEPUTADO ESTADUAL EZEQUIEL JUNIOR			
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Muito embora o Código de Defesa do Consumidor disponha na parte final do §3º de seu Art. 18 a existência dos produtos ditos essenciais, não há na referida lei menção a quais produtos se enquadram como tal. Vejamos:</p> <p>“Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.</p> <p>§ 1º Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:</p> <p>I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;</p> <p>II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;</p> <p>III - o abatimento proporcional do preço.</p> <p>§ 2º Poderão as partes convencionar a redução ou ampliação do prazo previsto no parágrafo anterior, não podendo ser inferior a sete nem superior a cento e oitenta dias. Nos contratos de adesão, a cláusula de prazo deverá ser convencionada em separado, por meio de manifestação expressa do consumidor.</p> <p>§ 3º O consumidor poderá fazer uso imediato das alternativas do § 1º deste artigo sempre que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de produto essencial.</p> <p>§ 4º Tendo o consumidor optado pela alternativa do inciso I do § 1º deste artigo, e não sendo possível a substituição do bem,</p>			

Major Amarante 390, Argoatândia, Porto Velho, RO,
Cep.: 76.801-911, tel.: 3218-2616 www.ale.ro.gov.br

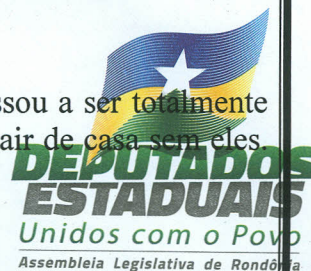


[Handwritten signature]





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
AUTOR: DEPUTADO ESTADUAL EZEQUIEL JUNIOR			
<p>poderá haver substituição por outro de espécie, marca ou modelo diversos, mediante complementação ou restituição de eventual diferença de preço, sem prejuízo do disposto nos incisos II e III do § 1º deste artigo.”</p> <p>(...)</p> <p>Conforme se vê, os produtos ditos essenciais que apresentarem vício ou defeito poderão ser exigidos imediatamente, alternativamente e a escolha do consumidor, a sua substituição por outro da mesma espécie, restituição da quantia paga ou abatimento proporcional do preço.</p> <p>Diante de tal omissão legislativa, o consumidor é o único prejudicado, pois fica impossibilitado de exercer os direitos garantidos por meio dos incisos I, II e III do §1º do Art. 18 da Lei 8.078/90.</p> <p>Ensina a professora Cláudia Lima Marques que: “O produto é essencial, quanto à expectativa do consumidor de usá-lo de pronto; logo, deve o consumidor poder exigir de pronto a substituição do produto.”¹</p> <p>Fato inegável é que atualmente o celular é de suma importância para as atividades cotidianas do ser humano não sendo razoável exigir que o usuário deixe seu produto essencial para conserto pelo prazo de 30 dias, quando o bem é fundamental para desenvolver suas atividades.</p> <p>Outra questão que não se pode negar é que a população passou a ser totalmente dependente das atuais tecnologias de comunicação. Ninguém mais consegue sair de casa sem eles. É mais fácil alguém sair sem a carteira do que deixar para trás o celular.</p>			
<p>¹ MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor, ed. RT, São Paulo, 1999. Pag 457</p>			





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
AUTOR: DEPUTADO ESTADUAL EZEQUIEL JUNIOR			
<p>Diante da discussão acerca da essencialidade do aparelho celular, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, o classificou como bem de uso essencial, nos termos da Nota Técnica nº 62/CGSC/DPDC/2010.</p> <p>Nesse sentido, também, é o entendimento uniformizado pelo Ministério Público Federal, através de reunião ocorrida na 5ª Sessão Ordinária da 3ª CCR, a qual aprovou o Enunciado nº 08, que diz: <i>“O aparelho de telefone celular é produto essencial, para os fins previstos no art. 18, §3º, da Lei nº 8.078/90 (CDC).”</i></p> <p>Não obstante a isto, a jurisprudência pátria há muito vem entendendo que o aparelho celular é bem de uso essencial.</p> <p>Desta forma, se for considerado legalmente como essencial, na forma ora proposta, o consumidor não terá mais que ficar 30 (trinta) dias sem o aparelho, à espera da assistência técnica, podendo exigir a <u>substituição imediata</u> de celulares com vício ou defeito, receber o <u>reembolso</u> do valor pago ou o <u>abatimento</u> no preço de outro produto, porquanto, considerado essencial.</p> <p>Por tais razões, entendemos ser oportuna e absolutamente necessária a atuação do Poder Legislativo no sentido de resolver a querela acima descrita, fixando em lei, definitivamente, o caráter de essencialidade do aparelho móvel celular, atribuindo ao produto a devida importância e reconhecendo, ao consumidor, os direitos decorrentes desse entendimento.</p> <p>Pelo acima exposto, contamos com o apoio dos Nobres Colegas para a aprovação de nosso projeto de lei.</p> <p>Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho/RO. Cep.: 76.801-911 69 3216.2816 www.ale.ro.gov.br</p> <p></p> <p> DEPUTADOS ESTADUAIS Unidos com o Povo Assembleia Legislativa de Rondônia</p>			